



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 01/09/2021

ORDEM DO DIA

OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) - Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.380, de 2021, sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.380, de 2021, sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.380, de 2021, sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR.

DANIEL ALMEIDA (PCDOB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.380, de 2021, sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR.

MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.380, de 2021, sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.380, de 2021, sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.380, de 2021, sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR.

EMANUEL PINHEIRO NETO (PTB - MT) - Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Protesto contra a vilanização dos servidores públicos.

DA VITORIA (CIDADANIA - ES) - Contentamento do orador com o lançamento do edital de concessão da BR-381, entre a Capital Belo Horizonte e o Município de Governador Valadares,



no Estado de Minas Gerais; e da BR-262, entre o Município mineiro de João Monlevade, e o Município de Viana, no Estado do Espírito Santo.

LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Lançamento do edital de concessão da BR-381, entre a Capital Belo Horizonte e o Município de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais; e da BR-262, entre o Município mineiro de João Monlevade, e o Município de Viana, no Estado do Espírito Santo.

OTONI DE PAULA (PSC - RJ) - Transcurso do aniversário natalício do Deputado Eli Borges.

GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Relevância do aplicativo Conecte SUS, lançado pelo Ministério da Saúde. Exortação aos brasileiros para acesso à ferramenta digital. Pedido aos Deputados de apoio ao Requerimento nº 1.753, de 2021, de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 9.432, de 2017, relativo à alteração de dispositivos do Decreto-Lei nº 1.001, de 1969, (Código Penal Militar), e do art. 1º da Lei nº 8.072, de 1990.

VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga; e às Emendas de nºs 1 a 52 apresentadas conforme o *caput* do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

ULDURICO JUNIOR (PROS - BA) - Presença no plenário do Prefeito Clóvis Roberto Almeida de Souza, o Dr. Almeida, do Município de Canavieiras, Estado da Bahia.

GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a



alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

CARLOS ZARRATTINI (PT - SP) - Orientação de bancada na votação o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga, ressalvados os destaques. Elogio ao Relator Vicentinho Júnior.

VALTENIR PEREIRA (MDB - MT) - Orientação de bancada na votação o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga, ressalvados os destaques.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº



10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga, ressalvados os destaques.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga, ressalvados os destaques.

ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG) - Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de sanção do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

DA VITORIA (CIDADANIA - ES) - Orientação de bancada na votação o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga, ressalvados os destaques.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Orientação de bancada na votação o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga, ressalvados os destaques

IGOR TIMO (PODE - MG) - Relevância da votação da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na



pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga. Lançamento do edital de concessão da BR-381, trecho Belo Horizonte/Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Expectativa quanto à realização, pelo Governo Estadual, das obras de manutenção da BR-367.

OTONI DE PAULA (PSC - RJ) - Matéria de autoria da jornalista Adrilles Jorge, a respeito do distanciamento entre as aparências e as ações do ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump; do atual Presidente norte-americano, Joe Biden; e do Presidente Jair Bolsonaro; e da incoerência de decisões do Supremo Tribunal Federal.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

PAULO PIMENTA (PT - RS) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga. Conveniência de requisição pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, do inquérito relativo à prisão do Prefeito Municipal de Cerro Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, flagrado com 500 mil reais em espécie para financiamento de atos antidemocráticos por ocasião da data comemorativa da Independência do Brasil.



GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga. Discordância com declaração do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a respeito da campanha de vacinação contra a Covid-19.

WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-



pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga. Congratulações ao Relator Vicentinho Júnior.

ZÉ VITOR (PL - MG) - Congratulações ao Deputado Vicentinho Júnior, Relator da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte, e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga. Colapso da economia brasileira.

DANIEL ALMEIDA (PCDOB - BA) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º da Lei nº 7.408, de 1985, com a redação dada pelo art.1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, e, por decorrência, do art. 2º-A da referida lei, com a redação dada pelo art.1º do PLV nº 20, de 2021, e do art. 5º do mesmo PLV da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, referente à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte; e da Lei nº 9.503, de 1997, relativa ao Código de Trânsito Brasileiro, para fiscalização do excesso de peso de



veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º da Lei nº 7.408, de 1985, com a redação dada pelo art.1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, e, por decorrência, do art. 2º-A da referida lei, com a redação dada pelo art.1º do PLV nº 20, de 2021, e do art. 5º do mesmo PLV da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, referente à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte; e da Lei nº 9.503, de 1997, relativa ao Código de Trânsito Brasileiro, para fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º da Lei nº 7.408, de 1985, com a redação dada pelo art.1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, e, por decorrência, do art. 2º-A da referida lei, com a redação dada pelo art.1º do PLV nº 20, de 2021, e do art. 5º do mesmo PLV da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, referente à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte; e da Lei nº 9.503, de 1997, relativa ao Código de Trânsito Brasileiro, para fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga. Apoio do PSOL ao Acampamento Terra Livre, mobilização indígena contrária ao acatamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da tese do marco temporal na demarcação de suas terras.

DANIEL ALMEIDA (PCDOB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º da Lei nº 7.408, de 1985, com a redação dada pelo art.1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, e, por decorrência, do art. 2º-A da referida lei, com a redação dada pelo art.1º do PLV nº 20, de 2021, e do art. 5º do mesmo PLV da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, referente à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte; e da Lei nº 9.503, de 1997, relativa ao Código de Trânsito Brasileiro, para fiscalização do excesso de peso de



veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º da Lei nº 7.408, de 1985, com a redação dada pelo art.1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, e, por decorrência, do art. 2º-A da referida lei, com a redação dada pelo art.1º do PLV nº 20, de 2021, e do art. 5º do mesmo PLV da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, referente à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte; e da Lei nº 9.503, de 1997, relativa ao Código de Trânsito Brasileiro, para fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga. Solidariedade à mobilização de indígenas na Praça dos Três Poderes contra o acatamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da tese do marco temporal na demarcação de suas terras.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Discussão do Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

VICENTINHO (PT - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências. Comemoração do aniversário de fundação do Sport Club Corinthians Paulista. Transcurso dos 5 anos do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.



PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

PEDRO VILELA (PSDB - AL) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.



RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências. Registro de voto do Deputado Rubens Bueno.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

PEDRO UCZAI (PT - SC) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências. Cumprimento, pelo Governo Jair Bolsonaro, da meta de vacinação da população brasileira contra a Covid-19.

DANILO FORTE (PSDB - CE) - Congratulações às Deputadas Professora Dorinha Seabra Rezende e Alice Portugal, pela atuação em defesa do setor educacional. Denúncia de desvio na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e



de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, destinados aos Municípios do Estado do Ceará.

GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Detenção pela Polícia Federal de Prefeito Municipal flagrado com 500 mil reais em espécie, destinados ao financiamento de atos antidemocráticos por ocasião do Dia da Independência do Brasil. Necessidade de investigação do caso pela Câmara dos Deputados.

MARCELO FREIXO (PSB - RJ) - Prática de corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro e sua família.

DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Apelo aos Deputados de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, acerca do parcelamento, em 240 parcelas, de débitos previdenciários dos Municípios brasileiros, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Necessidade de manifestação do Presidente Arthur Lira, a respeito do clima de golpe de Estado reinante no País, às vésperas da data comemorativa da Independência do Brasil. Tentativa do Presidente da República de reinstalação da ditadura militar no Brasil. Prática de crimes de responsabilidade e de atos criminosos pelo Presidente Jair Bolsonaro. Apoio à nota oficial do PSB contrária à participação da militância do partido em manifestações por ocasião do Dia da Independência do Brasil. Expectativa quanto ao não apoio das Forças Armadas brasileiras ao pretendido golpe de Estado do Presidente Jair Bolsonaro.

OTONI DE PAULA (PSC - RJ) - Congratulações ao Deputado Alessandro Molon pela decisão do PSB, contrária à participação da militância do partido em manifestações por ocasião do transcurso do Dia Independência do Brasil.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Honradez e seriedade do Prefeito Municipal do Estado do Rio Grande do Sul, detido em aeroporto com 500 mil reais em espécie. Repúdio a termo ofensivo ao orador, proferido pela Deputada Gleisi Hoffmann.

GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Detenção, pela Polícia Federal, de Prefeito Municipal flagrado com 500 mil reais em espécie para financiamento de atos antidemocráticos. Transcurso dos 5 anos do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Retrocesso



socioeconômico do País provocado pelo afastamento da ex-Presidenta da República. Inexistência de sentença transitada em julgado contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ilegalidade da prisão do líder petista. Atuação desastrosa do Presidente da República. Envolvimento do clã Bolsonaro com corrupção. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de convocação de manifestações democráticas pelos partidos oposicionistas.

AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Retirada pelo PT do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Orientação de bancada na votação requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

DANILO CABRAL (PSB - PE) - Orientação de bancada na votação requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Orientação de bancada na votação requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do



Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Orientação de bancada na votação requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Orientação de bancada na votação requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

MARCELO FREIXO (PSB - RJ) - Orientação de bancada na votação requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

RICARDO BARROS (PP - PR) - Orientação de bancada na votação requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

CELSO SABINO (PSDB - PA) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Pedido à Presidência de concessão de tempo à bancada do PSOL para exame do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.



AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

VICENTINHO (PT - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

ODAIR CUNHA (PT - MG) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

REGINALDO LOPES (PT - MG) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

MARCELO RAMOS (PL - AM) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Realização da campanha Setembro Amarelo de prevenção ao suicídio. Agradecimento aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pela iluminação, na cor amarela, das instalações das duas Casas do Congresso Nacional.



WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Agradecimento ao Deputado licenciado, Mauro Benevides Filho, pela participação efetiva no processo de elaboração do novo texto do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

AFONSO HAMM (PP - RS) - Retorno do orador à Câmara dos Deputados após o afastamento para tratamento de complicações da Covid-19. Reajuste abusivo nos preços de pedágio nas BR's-116 e 392, no Estado do Rio Grande do Sul.

RICARDO BARROS (PP - PR) - Abertura, no Orçamento Geral da União, de espaço fiscal para o novo Programa Auxílio Brasil. Equívoco da rejeição, pelo Senado Federal, da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais. Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de relevantes proposições de interesse da população brasileira e do País. Apelo aos trabalhadores e à sociedade em geral para participação nas manifestações programadas para o Dia da Independência do Brasil. Usurpação, pelo Supremo Tribunal Federal, de prerrogativas dos Poderes Legislativo e Executivo. Anseio da sociedade brasileira pelo restabelecimento da harmonia entre os Poderes da República. Importância da união entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo para o enfrentamento e superação das crises sanitária e hídrica vigentes no País. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus. Vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Cumprimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da promessa da campanha eleitoral de atuação em benefício do País e do bem-estar da população brasileira.

CELSO SABINO (PSDB - PA) - Emissão de parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e



Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Distanciamento entre o discurso proferido pelo Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, e a realidade do povo brasileiro. Natureza jocosa da exaltação, pelo Líder do Governo, à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; bem como à concessão de licenciamentos ambientais e à regularização fundiária. Acerto da rejeição, pelo Senado Federal, da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a educação pública. Aproximação da marca funesta de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus, especialmente com relação à compra de vacinas. Crises sanitária, econômica e social vigentes no País. Ameaça, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de promoção de golpe de Estado no País. Associação à luta dos povos indígenas contra o acatamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da tese do marco temporal na demarcação de suas terras; e a aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer



Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

DANILO CABRAL (PSB - PE) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

EFRAIM FILHO (DEM - PB) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

BACELAR (PODE - BA) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de



2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.



RICARDO BARROS (PP - PR) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

CELSO SABINO (PSDB - PA) - Agradecimento aos Deputados e aos Líderes partidários pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, referente à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, referente à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques. Aplausos ao Senado Federal pela rejeição da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais.

AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Papel exercido pelos partidos oposicionistas na votação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Conveniência de adiamento da votação dos requerimentos de destaques apresentados à proposição.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Sugestão à Presidência de adiamento da votação dos requerimentos de destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Pedido à



Presidência de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, a respeito do disciplinamento da distribuição, pela União, de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) - Papel exercido pela Presidência no processo de votação e aprovação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Conveniência de adiamento da votação de requerimentos de destaques oferecidos à proposição. Ampliação do debate em torno do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, a respeito da instituição do novo Código Eleitoral.

RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Apelo à Presidência de adiamento da votação de requerimentos de destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Agradecimento ao Deputado Eduardo Cury pelo empenho no aprimoramento da proposição.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Conveniência de adiamento da votação de requerimentos de destaques oferecidos ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

DANILO CABRAL (PSB - PE) - Defesa de adiamento da votação de requerimentos de destaques oferecidos ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Congratulações ao Relator Celso Sabino.

EFRAIM FILHO (DEM - PB) - Defesa de adiamento da votação de requerimentos de destaques oferecidos ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.



MARCELO FREIXO (PSB - RJ) - Defesa de adiamento da votação de requerimentos de destaques oferecidos ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Agradecimento ao Deputado Afonso Florence e ao Relator Celso Sabino.

WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Defesa de votação dos requerimentos de destaques oferecidos ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

RICARDO BARROS (PP - PR) - Defesa de votação dos requerimentos de destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, referente à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Consulta à Presidência sobre a possibilidade de votação da Medida Provisória nº 1.049, de 2021, a respeito da criação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Defesa de adiamento da votação de requerimentos de destaques oferecidos ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, acerca da instituição do novo Código Eleitoral.

OTTO ALENCAR FILHO (PSD - BA) - Aplausos ao Relator Celso Sabino pelo substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Agradecimento aos Líderes partidários pelo reconhecimento da atuação do orador no processo de votação e aprovação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Congratulações ao Relator Celso Sabino. Elogio ao Relator Celso Sabino.



CELSO SABINO (PSDB - PA) - Agradecimento à Presidência, aos Líderes partidários e aos Deputados pelo reconhecimento da atuação do orador na relatoria do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

LUIZ LIMA (PSL - RJ) - Comemoração do Dia do Professor de Educação Física. Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 9.696, de 1998, acerca da regulamentação da profissão de Professor de Educação Física, com vista à criação do Conselho Federal de Educação Física e dos Conselhos Regionais de Educação Física. Benefícios advindos da prática de educação física.

DIMAS FABIANO (PP - MG) - Vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Importância do cumprimento das medidas preventivas da doença viral, tendo em vista o alto contágio da variante delta. Observância dos princípios democráticos pelos participantes nas manifestações populares, programadas para a data comemorativa do 199º aniversário da Independência do Brasil.

JEFFERSON CAMPOS (PSB - SP) - Agravamento da pandemia mundial de Covid-19. Alta tendência de alteração genética e fortalecimento do coronavírus. Importância de fortalecimento das campanhas de vacinação contra a doença viral.

PATRUS ANANIAS (PT - MG) - Repúdio à utilização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da data comemorativa da Independência do Brasil, para ênfase ao discurso autoritário; ameaça à ruptura institucional; e incentivo aos seus seguidores para manifestação contra instituições democráticas com mensagens golpistas e anticonstitucionais. Tentativa de apropriação de símbolos nacionais; desestruturação do Estado brasileiro e afronta ao Estado Democrático de Direito pelo Presidente da República e seus seguidores. Artigo *Intervenção armada: crime inafiançável e imprescritível*, de autoria do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, veiculado pela mídia. Inadmissibilidade de desestabilização da democracia brasileira.



VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP) - Elevação das tarifas de energia elétrica no País. Sugestões aos consumidores brasileiros para redução do consumo de energia.

PAULO RAMOS (PDT - RJ) - Carta Aberta da Geração 68, pelo direito à vida e pela democracia.

AFONSO HAMM (PP - RS) - Retorno do orador à Câmara dos Deputados, após afastamento para tratamento de complicações da Covid-19. Agradecimento aos familiares, correligionários e lideranças pelas mensagens de recuperação da saúde do orador. Profissionalismo da equipe da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Apoio ao Governo Jair Bolsonaro e às pautas prioritárias do País. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, a respeito da instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Protesto contra o reajuste de pedágios rodoviários nas BR's-116 de 392, no Estado do Rio Grande do Sul. Pedido aos Deputados de apoio à criação da Frente Parlamentar da Segurança no Campo.

ALÊ SILVA (PSL - MG) - Participação da oradora na comitiva do Presidente Jair Bolsonaro em visita a Uberlândia, ao ensejo do transcurso do 133º aniversário de emancipação político-administrativa da municipalidade, no Estado de Minas Gerais. Inauguração, pelo Presidente da República, da Estação de Tratamento de Água Deputado Luiz Humberto Carneiro - Capim Branco, em Uberlândia. Defesa de reeleição do Presidente Jair Bolsonaro.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Relevância social da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, sobre a instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, e a alteração da Lei nº 11.346, de 2006. Defesa da criação de política nacional de superação à pobreza menstrual.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCDOB - MA) - Apresentação do Projeto de Lei nº 2.803, de 2021, sobre a alteração do art. 55 da Lei 9.099, de 1995, com vista à instituição dos honorários advocatícios sucumbenciais em sentença de primeiro grau.

ENCERRAMENTO